

2. A Escolha Por Não Ter Filhos

*“O filho não é um direito nem uma necessidade.
Ele é simplesmente... uma possibilidade.”
(Corinne Maier)*

Na contemporaneidade, tem aumentado o número de casais que optam por não ter filhos. Após a revolução sexual, na qual o sexo foi dissociado da procriação e do casamento e ter filhos deixou de ser algo visto como o que define a feminilidade, muitas foram as transformações no ambiente familiar, especialmente no que diz respeito ao papel da mulher.

A era pós-moderna viu florescer os novos arranjos familiares e o respeito da sociedade à alteridade. No entanto, ainda que, na atualidade, seja possível conviver com as diferenças, muitos são os entraves que dificultam sua naturalização. Como bem define Rios e Gomes (2009a):

Essa convivência nem sempre é pacífica, já que a aceitação de algo novo diante do instituído promove sempre uma ‘mobilização’ no *status quo*, podendo gerar sentimentos ambivalentes e conflitantes (p. 313).

Desse modo, pode-se observar que este novo projeto – a escolha por não ter filhos – vem sendo atravessado pelas representações vigentes da maternidade, gerando estigmatização por parte daqueles que criticam esse comportamento, assim como uma rejeição à maternidade.

Nesse capítulo, discorreremos sobre a emancipação feminina, apontando algumas das consequências que foram cruciais para estabelecer esse novo modelo familiar; discutiremos as representações da maternidade e faremos uma apresentação sobre o tema que estimulou o desenvolvimento desse trabalho: a opção por não ter filhos e o amor materno.

2.1 Maternidade e Feminilidade

No fim da primeira metade do século XX a maternidade já apresentava um novo formato e o amor materno se apoiava em valores bem diferentes daquelas do século XVII. Após um bombardeio de teorias formuladas e defendidas por especialistas, a faculdade de ser mãe passou a ser determinada por critérios. O

devotamento materno e sua presença constante eram alguns dos requisitos essenciais para gerar um filho saudável. O desejo da mulher deveria consistir em atender aos desejos dos filhos, e sua felicidade seria consequência destes atos.

De certo modo, essa nova concepção de maternidade foi benéfica para a mulher, uma vez que esta vivia sob o poder patriarcal e sua voz não tinha alcance em nenhuma esfera. Contudo, a partir do momento em que o lar passou a ser um ambiente distinto daquele do trabalho, no século XIX, a casa assumiu um novo valor, tornando-se um local onde se esperava apoio emocional (GIDDENS, 1993). Com esta separação (lar/trabalho), o poder patriarcal começou a perder sua força, e no momento em que a mulher foi eleita a única capaz de promover o bem-estar da criança e nomeada responsável pela educação e socialização dos filhos, ela passou a ter um valor dentro da família. Porém, como mostra Jablonski (1998), a “domesticidade [...] fez da mulher uma espécie de rainha do lar, santa e... prisioneira. Senhora do lar, penhor da estabilidade familiar, mas encurralada em seu próprio refúgio” (p. 146).

Na segunda metade do século XX novas transformações ocorreram e, mais uma vez, a maternidade virou tema de discussão. Com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, ainda na primeira metade desse século, a presença feminina começou a ser valorizada no mercado de trabalho, uma vez que era necessário liberar mão de obra masculina para a guerra. Essa valorização durou pouco tempo; com o fim da batalha, a aceleração da industrialização e o retorno do homem ao seu posto, a ideologia da “rainha do lar” tornou a ganhar força: as mulheres deveriam largar seus empregos e voltar para casa. Como mostrou Simone de Beauvoir (1980):

Uma das consequências da Revolução Industrial é a participação da mulher no trabalho produtor: nesse momento as reivindicações feministas saem do terreno teórico, encontram fundamentos econômicos. Embora os bens de raiz se achem em parte abalados, a burguesia apegase à velha moral que vê, na solidez da família, a garantia da propriedade privada: exige a presença da mulher no lar tanto mais vigorosamente quanto sua participação torna-se uma verdadeira ameaça (p. 17).

Nos Estados Unidos, por exemplo, o Estado incentivou o retorno da mulher para seu lar e o aumento das famílias, gerando, *a posteriori*, a ocorrência do *baby-boom*, na tentativa de desarticular as reivindicações feministas (SOUZA & FERREIRA, 2005).

Evidentemente, muitas mulheres já trabalhavam e continuaram trabalhando – fosse para complementar o salário dos maridos ou conquistar novos espaços –, embora sofressem grande marginalização. Em verdade, em toda a História a mulher esteve sempre submetida ao homem e em busca de alguns direitos políticos e trabalhistas, mas apenas no século XIX pode-se de fato falar numa Revolução Feminista, na qual as mulheres levantaram bandeiras na tentativa de conquistar igualdade frente aos homens.

Ao longo do século XIX, o feminismo foi se estruturando enquanto movimento, na medida em que as diferenças de tratamento entre o homem e a mulher, no mercado de trabalho e no conjunto da sociedade, foram se tornando mais e mais evidentes. Além dos salários menores que as mulheres recebiam, era flagrante sua marginalização dos processos decisórios, nos locais de trabalho, nos sindicatos e nos partidos políticos (GOLDENBERG & TOSCANO, 1992, p.19).

Em 1949, Simone de Beauvoir revolucionou aquele momento histórico com o livro “*O segundo sexo*”, no qual retratou a condição da mulher nos planos social, político, psicológico e sexual, lutando não mais apenas para combater as desigualdades sociais, mas as raízes culturais dessa desigualdade. Para Beauvoir a mulher sempre foi escrava do homem. Com sua narrativa, em que define a posição na qual se encontrava a mulher, ela foi uma das grandes responsáveis por excitar os ânimos das feministas em sua luta e a contestar o determinismo biológico que reservava às mulheres a função materna. Como mostra Scavone,

A crítica feminista considerava a experiência da maternidade como um elemento chave para explicar a dominação de um sexo sobre o outro: o lugar das mulheres na reprodução biológica – gestação, parto, amamentação e consequentes cuidados com a criança – determinava a ausência das mulheres no espaço público, confinando-as ao espaço privado e à dominação masculina (2001a, p. 138).

Após a publicação de Beauvoir muitos outros trabalhos foram marcantes influências para o movimento feminista. A “*Mística feminina*”, da americana Betty Friedan (1963), trata do “mal que não tem nome”. Segundo a autora, na década de 1950, após o *baby-boom*, a vida de suas compatriotas se resumia aos trabalhos domésticos, ao marido e aos filhos. Ela apontou que todos os artigos de jornais e revistas, assim como as teorias dos especialistas, mostravam que o papel da mulher era realizar-se como esposa e mãe. Dados da autora indicam que no fim da década de 1950 as mulheres passaram a se casar cada vez mais jovens. O nível universitário teve uma baixa de 12% entre 1920 e 1958; se um século antes as mulheres lutavam por obter uma educação superior, agora buscavam as faculdades

para arranjar maridos. O alto nível de cultura de uma mulher também não era bem-vindo e dificultava os casamentos; com isso, em meados da década de 1950 60% das universitárias haviam abandonado os estudos, fosse para casar ou propiciar o matrimônio.

O “mal que não tem nome” estava associado à insatisfação das americanas que viviam sob o jugo da família tradicional conservadora. Baseada em depoimentos de mulheres, Friedan observou uma enorme frustração, que ia de encontro ao que deveria ser a razão da felicidade da mulher, ou seja, o cuidado da casa, do marido e dos filhos. A feminilidade da mulher estava relacionada à sua capacidade de reprodução – e esta, por sua vez, estava vinculada à felicidade. Conseqüentemente, houve um aumento marcante da taxa de natalidade. Para Alves e Pitanguy (2003), “a cultura enfatiza e supervaloriza a função de reprodução, que passa a se confundir com a própria essência do ‘ser mulher’” (p. 59).

Se até então as feministas pleiteavam a igualdade política e social em relação aos homens, a partir da segunda metade da década de 1950 elas passaram a contestar a naturalização da inferioridade da mulher com base em fatores biológicos.

Estes problemas não podem ser resolvidos pela medicina e nem mesmo pela psicoterapia. Precisamos de uma drástica reformulação da imagem cultural da feminilidade, que permita à mulher alcançar a verdadeira maturidade, a plenitude pessoal, sem conflitos e com realização sexual (FRIEDAN, 1971, p. 310).

O acontecimento que mais colaborou para a emancipação feminina e a dissociação da mulher de sua capacidade de procriação foi a criação da pílula anticoncepcional, aprovada em 1960 pela FDA (Food and Drugs Administration), órgão dos Estados Unidos responsável pela análise de alimentos e medicamentos. A partir de então, a mulher deixou de ser definida pela maternidade, e sua sexualidade desvinculou-se da reprodução. Ela podia não só controlar o número de filhos, mas escolher se queria ou não ser mãe.

Nos anos posteriores, as conquistas femininas se multiplicaram. Aos poucos as mulheres conquistaram o mercado de trabalho, independência econômica, participação na vida pública, direitos políticos, trabalhistas e civis, alcançando o mesmo status de igualdade que os homens possuíam. Mas de que igualdade estamos falando?

Na atualidade as mulheres ocupam cargos outrora exercidos apenas por homens. No Brasil, por exemplo, na última eleição (2010) escolheu-se uma mulher como presidente dessa nação! No entanto, pode-se observar que muitas diferenças ainda se definem pelo gênero. Em pesquisa realizada com mulheres cariocas das camadas médias, e a exemplo de muitos outros estudos (THOMPSON & WALKER, 1995; BIANCHI, MILKIE, SAYER & ROBINSON, 2000; COLTRANE, 2000; SAYER, PHILIP & CASPER, 2004; ARAÚJO & SCAFLON, 2005; AMATO, BOOTH, JOHNSON & ROGERS, 2007; JABLONSKI, 2010), Rocha-Coutinho (2009) constatou que, mesmo após inúmeras conquistas, as mulheres ainda se veem responsáveis pelos trabalhos de casa e dos filhos, ainda que o casamento ideal seja descrito como igualitário no que diz respeito à educação dos filhos, ao lar e seu provimento. Assim, para aquelas que trabalham fora de casa, a chegada de uma criança pode afetar consideravelmente a vida profissional, visto que assumem dois papéis: a mulher e de mãe.

Alguns valores parecem indissolúveis e mesmo após os acontecimentos das últimas décadas muitas alterações são basicamente da ordem do discurso. Como bem aponta Rocha-Coutinho (2009), “[...] continuamos a reproduzir o antigo discurso de que ‘mãe é mãe’, de que ela é quem melhor sabe cuidar do(s) filho(s), e que, em última instância, identifica maternidade e feminilidade” (p. 223).

2.2 Reconfigurando: formação e consequência de novos modelos familiares

Indubitavelmente, as mudanças que ocorreram na segunda metade do século XX foram fundamentais para determinar uma reconfiguração da constituição das famílias e um novo olhar sobre a maternidade. Como visto, as conquistas feministas e o advento da pílula contraceptiva foram peças chave para dissociar a feminilidade da maternidade, permitindo que a mulher se engajasse em novas aquisições e na realização de seus desejos.

Segundo Souza & Ferreira (2005), de certo modo essa imagem da mulher/mãe fez parte de toda a História¹ fazendo com que a ideia de um determinismo biológico ficasse mais facilmente impregnada no imaginário social entre os séculos XVIII e XX. No entanto, as reivindicações feministas, que trouxeram uma nova identidade à mulher, acabaram por incitar mudanças na constituição da família.

Ainda que não se possa delimitar um único tipo de família em cada momento da História, é possível traçar um perfil do que se apresenta como modelo(s) comum(s) e preponderante(s) numa sociedade (BARBOSA, 2008). Porém, este capítulo não tem como finalidade fazer um levantamento a respeito de como se constituíram as famílias no decorrer da História, mas apresentar as configurações na contemporaneidade, levando em conta o novo papel desempenhado pela mulher na sociedade. Mesmo assim, é importante destacar que até o século XVIII o casamento e a maternidade não se embasavam em sentimentos de ternura e afeto. A constituição da família, habitualmente, tinha um caráter político e/ou social e era alicerçada no poder patriarcal. De acordo com Doherty (1992), este era o modelo da família tradicional.

Se o homem ocupava então o lugar central da família, a condição da esposa equiparava-se à da criança, ou seja, era de submissão a sua autoridade. O casamento realizado por contrato, segundo as necessidades econômicas e as alianças políticas das famílias, inibia qualquer expressão de afetividade entre os cônjuges, sendo o amor conjugal considerado desnecessário a um bom casamento (MOURA & ARAÚJO, 2004, p. 45).

Até a primeira metade do século XX, o modelo familiar consistia no seguinte: mulher ficava em casa, responsável pelas tarefas do lar e os cuidados com os filhos, e o marido, provedor, saía de casa para trabalhar. Segundo Diniz (2009), o casamento representava, acima de tudo, ter filhos e constituir família. Além disso, para a mulher também era a única forma aceita pela sociedade de ter relações sexuais. Já no final do século XX, as conquistas femininas provocaram importantes mudanças no papel da mulher na formação da família. Ela agora estava livre para mergulhar no mercado de trabalho, conquistar independência financeira, adquirir autonomia, gozar de sua sexualidade, e ainda tinha a

¹ Segundo as autoras, o mito grego de Deméter, a deusa lã e a histórias bíblicas de Eva são exemplos retratando que a geração de filhos faz parte da natureza da mulher. Também mostram que o amor materno sempre fez parte da História. A história de Maria, mãe de Jesus, certamente foi a mais utilizada para retratar a força deste sentimento.

possibilidade de escolher o momento de ser mãe, se esta fosse sua vontade, desencadeando, assim, a formação de novos arranjos familiares. Desse modo, pudemos testemunhar o aparecimento das famílias pós-modernas (ou pluralistas), que teriam como principal característica a aceitação de arranjos nada tradicionais e o convívio com eles (DOHERTY, 1992; JABLONSKI, 2003). Este modelo, que vigora no século XXI, nos permite encontrar famílias nas quais: os pais (marido e mulher) trabalham fora de casa; compostas por pais e/ou mães em seus segundos casamentos; monoparentais; formadas por casais sem filhos; formadas por casais que coabitam; constituídas por casais homossexuais; com filhos gerados artificialmente; compostas por casais parentais propriamente ditos (JABLONKI, 2007; RIOS & GOMES, 2009b).

Essa multiplicidade possui uma mesma essência: “encontrar felicidade, realização pessoal, cumplicidade e companheirismo no casamento” (DINIZ, 2009, p. 136). Pesquisa realizada pelo Datafolha, em 1998, confirma este fenômeno, mostrando que 56% dos brasileiros casados citaram o amor e a paixão como razões que levaram ao casamento. Doze por cento dos entrevistados falaram da necessidade de ter um companheiro e apenas 7% disseram que tinham como objetivo constituir família. Dando continuidade a esta pesquisa, o Datafolha revelou que em 2007 o amor perdeu o lugar para a fidelidade (38%), embora tenha continuado bem cotado, ficando em 2º lugar, com 35% de votos. Com relação à importância de ter filhos, a porcentagem caiu para 5% (CAPRIGLIONE, 2007). Inaugurou-se o tempo dos “relacionamentos puros”, no qual as pessoas começaram a se relacionar apenas pelo envolvimento e pelo que colhem dele. Essa relação só se mantém “enquanto ambas as partes considerarem que extraem satisfações suficientes para cada um individualmente” (GIDDENS, 1993, p. 69).

Associado a essas mudanças está o aumento do número de casamentos tardios.² Segundo dados do IBGE, em 1997 as maiores taxas de casamento legal estavam na faixa etária de 20 a 24 anos – 32,3% –, caindo em 2006 para 30%. Já o índice da faixa etária de 35 a 39 anos, que em 1997 era de 4,6%, aumentou para 7,9% em 2006. Não é difícil entender este fato: cada vez mais as mulheres se lançam ao trabalho fora de casa e aprimoram sua formação educacional. As razões

² É importante ressaltar que, neste momento, o que está sendo chamado de casamento se refere à união do casal, seja por vias legais ou por coabitação.

são diversas, como ajudar a promover um melhor padrão de vida para a família, ter recursos financeiros e a possibilidade de prover a si própria. Além disso, o trabalho é encarado como parte de sua realização pessoal e social (JABLONSKI, 2007; ROCHA-COUTINHO, 2003). Consequentemente, a maternidade também se torna tardia, visto que implica mudanças consideráveis na vida da mulher.

As mulheres engajadas em sua ascensão profissional muitas vezes não querem interrompê-la em prol da maternidade, pois a carreira – assim como os cuidados envolvidos na criação de um filho, especialmente em seus primeiros anos de vida – exige uma dedicação quase integral. A maternidade, dessa forma, acaba por ser postergada (BARBOSA & ROCHA-COUTINHO, 2007).

Entre outras razões para o adiamento da maternidade está o tempo de investimento na carreira profissional e a intenção da mulher de se estabelecer financeiramente. Como aponta Granato (1998), uma boa formação acadêmica e o acúmulo de tempo e experiência no mercado de trabalho possibilitam a consolidação de uma carreira profissional bem-sucedida. É interessante observar que mesmo numa relação parental, na qual o pai participará dos gastos familiares, é comum que a mulher busque se sentir capaz de arcar com suas despesas e as dos filhos. Um segundo casamento também pode ser citado como uma das razões da maternidade tardia, uma vez que mulheres que não engravidaram do primeiro marido podem vir a engravidar do segundo (GRANATO, 1998).

A maioria das jovens mulheres diz com naturalidade que espera ser mãe, mas a maternidade não é sua preocupação imediata. Elas têm a impressão que possuem todo o tempo do mundo e prioridades a serem satisfeitas: ganhar a vida, ter um apartamento, talvez fazer carreira, encontrar um parceiro ideal e com ele tirar proveito de uma liberdade agradável [...]. Se uma dessas condições não for preenchida, deixa-se para mais tarde (BADINTER, 2011, p. 155).

No entanto, a maternidade tardia pode trazer consequências. Em algumas ocasiões, a espera do momento ideal para conceber uma criança se prolonga tanto tempo que a gravidez passa a ser de risco ou uma total impossibilidade. Em pesquisa realizada por Barbosa e Rocha-Coutinho (2007), elas esclarecem que a partir dos 27 anos a chance de engravidar começa a diminuir, e aos 30 o aparelho reprodutor feminino começa a envelhecer, apresentando riscos de má-formação da criança, doenças congênitas e aborto, embora estudos recentes afirmem que as chances de não engravidar e os riscos de defeito genético no DNA do bebê ocorram a partir de 35 anos de idade. Contudo, os recursos contraceptivos ampliam-se a cada dia. Se a pílula contraceptiva rompeu com o determinismo biológico que

definia a feminilidade como sinônimo de maternidade e a sexualidade como símbolo de reprodução, a tecnologia reprodutiva conceptiva possibilita a ocorrência da maternidade à mulher infértil. Para Scavone, “a maternidade biológica não é mais o primeiro critério que designa uma mãe” (2001a, p. 145).

As técnicas reprodutivas têm possibilitado que mulheres com idade avançada tenham filhos. Para alguns pesquisadores, a maturidade pode trazer benefícios à maternidade (GRANATO, 1998; SCAVONE, 2001a, 2001b). De acordo com Scavone (2001b):

A escolha reflexiva para a aceitação ou não da maternidade (da paternidade ou da parentalidade) constitui um elemento deste período de transição, possibilitando às mulheres e aos homens que a decisão pela reprodução seja feita com base na experiência adquirida, sem medo, culpa, ou qualquer sentimento de não realização individual e/ou social (p. 57).

Para Granato (1998) a maternidade tardia é uma questão de segurança emocional, visto que, mais maduras, as mulheres cuidam mais de si mesmas – garantindo, desse modo, que os filhos sejam mais saudáveis e bem cuidado –, são mais tranquilas e possuem maior segurança financeira e emocional.

De fato, ter filhos com idade avançada potencializa as chances de uma escolha com base nos desejos da mulher e não no cumprimento de um papel. Por outro lado, não se pode negar que a indústria venda a maternidade. Segundo Forna (1999), a esterilidade é um mercado com grande potencial.

Inúmeros são os medicamentos de fertilidade que induzem a ovulação. Clomifeno, superovulação com gonadotropinas e agonista do GnRH, gonadotrofinas para menopausa humana (GMH), HFE, urofolitropina, gonadotropina coriônica humana (hCG), análogos do GnRH (agonistas ou antagonistas) fazem parte da lista de alguns dos medicamentos utilizados antes de se recorrer a outras técnicas reprodutivas e à inseminação artificial.

Para Forna, embora indivíduos que trabalham na criação artificial da vida humana sejam chamados de vendedores de bebês, este é um equívoco. Não se vendem bebês, mas a ideia de se formar uma família.

Na realidade a indústria reprodutiva apoia e tem um papel ativo na promoção de ideias profundamente conservadoras sobre o que é ser mãe, especificamente quanto à primazia da maternidade ou paternidade biológica sobre a social e à esmagadora importância do vínculo genético. E essa é a base de muitos dos mais arraigados mitos da maternidade (FORNA, 1999, p. 172).

2.3 As Representações da Maternidade

Apesar da emancipação feminina – nos âmbitos político, social e sexual – e do aparecimento de novos arranjos familiares dela resultante, a maternidade ainda é percebida e afirmada como um elemento ligado à feminilidade e sua natureza (SCAVONE, 2001b; BARBOSA & ROCHA-COUTINHO, 2007; ROCHA-COUTINHO, 2009). Por mais que a sociedade contemporânea tenha adotado um estilo de vida no qual a mulher transita entre responsabilidades profissionais e maternas, ser mãe ainda é uma exigência social – e os filhos parecem uma consequência inevitável do casamento. Para Barbosa e Rocha-Coutinho (2007), embora seja incontestável o incentivo dado à mulher para sua profissionalização, permanece a expectativa de que venha a realizar o principal papel da sua vida: ser mãe.

A preservação dos antigos valores não para aí. As atividades domésticas e o compromisso com a educação e o cuidado dos filhos se mantêm a cargo da mulher. Ainda que os homens estejam, hoje, mais envolvidos nestas tarefas sua participação é recebida como uma espécie de ajuda. Jablonski (2007) afirma que:

Embora se note que os homens relatem uma participação afetiva, na verdade, cotejando as informações prestadas por homens e mulheres, verifica-se que aqueles têm uma função coadjuvante, colaborativa ou periférica (p. 218).

Pode-se perceber que a proposta de um casamento igualitário, no qual se espera que as mesmas responsabilidades sejam partilhadas por ambos os cônjuges, se mantém muito mais na esfera do discurso, o que pode causar, muitas vezes, uma enorme insatisfação na mulher. Do mesmo modo, pesquisas realizadas por Rocha-Coutinho (2003; 2009) indicam que, assim como as tarefas com os filhos e as domiciliares são vistas como função da mulher, o homem ainda é enxergado como o provedor da casa.

O fato é que mesmo com todas as conquistas femininas e as mudanças sociais nós mantemos as ideias conservadoras, a partir do nosso processo de educação. As brincadeiras das meninas estão normalmente relacionadas às tarefas do lar e à maternidade. Brincar de casinha e de boneca é uma típica diversão. Tábua de passar, panelinhas, fogãozinho e geladeira, todos em miniatura, também costumam fazer parte deste rol de brinquedos. Parece que, por mais que as

mulheres batalhem por outro destino, elas acabam por preservar e reproduzir exatamente o que muitas tentam extinguir.

Ainda que a dupla jornada de trabalho seja extenuante, outros valores arraigados no imaginário social dificultam sobremaneira a plena realização dessas funções. Como foi apresentado no primeiro capítulo, o século XX foi marcado pelas teorias de especialistas que determinavam como deveria ser o comportamento da mulher para que criasse filhos saudáveis e fosse consagrada uma “boa mãe”. Embora muitas destas teorias tenham sido desmitificadas com o tempo, outras permanecem em vigor. Em primeiro lugar, é importante esclarecer que perdura a ideia de que a boa mãe é aquela põe as necessidades dos filhos acima de tudo, fazendo com que as teorias que parecem beneficiar a criança sejam consentidas.

No século XXI, a ideologia mais defendida é a do aleitamento materno prolongado, definido como bom para a saúde da criança e para solidificar a relação com a mãe (BADINTER, 2011). Segundo dados da Unicef (2007), o aleitamento materno, além de ser um ato de amor e carinho, protege o bebê contra doenças, é bom para a dentição e para a fala e estimula o crescimento e desenvolvimento da criança. Deve ser fonte exclusiva de alimentação nos seis primeiros meses de vida do bebê, que tem de mamar logo após o nascimento e todas as vezes que quiser. Outra advertência fundamental: a mãe deve estar calma na hora de amamentar e não apressar o bebê.

A prática do aleitamento materno também traz benefícios para mãe: fortalece os laços afetivos com a criança, diminui o risco de câncer de mama e de ovário, funciona como método contraceptivo natural, além de ser algo econômico e prático (UNICEF, 2007). Badinter (2011) acrescenta que, além dessas vantagens, a amamentação faz com que a mulher entre mais rapidamente em forma, dado bastante sedutor numa sociedade preocupada com a beleza.

As exigências impostas pela amamentação convergem para um paradoxo: como cumprir o papel de mãe com excelência e trabalhar ao mesmo tempo? Segundo Mansur (2003),

Análises feministas realizadas nas últimas décadas revelam que, mesmo havendo um aumento das taxas de atividade profissional feminina, ainda persiste prioritariamente a vinculação das mulheres à criação dos filhos, ao cuidado com as pessoas fisicamente dependentes, ao trabalho e à produção domésticos (p.39).

Pesquisa realizada por Rocha-Coutinho em 2007 confirma as informações trazidas por Mansur. A autora também mostra que, ao priorizar a família, todas as entrevistadas tinham feito ajustes na vida profissional. Pelo fato de a família e o trabalho exigirem tempo, energia, investimento, além de causarem enormes desgastes, tem sido comum as mulheres diminuírem o ritmo de trabalho para se dedicar aos filhos – muitas chegam mesmo a abrir mão de seus empregos para se dedicarem integralmente às crianças ou buscam trabalhos com horários mais flexíveis (ROCHA-COUTINHO, 2009).

Até que ponto essa redução no tempo de trabalho é uma escolha? Se para a mulher a carreira profissional é hoje um fator de satisfação pessoal, não estaria ela frustrada por ter de abrir mão de sua profissão?

Duas respostas esclarecem bem essas perguntas. Em primeiro lugar, sendo responsável pelas atividades domésticas e os cuidados com os filhos, é muito desgastante para uma mulher arcar com mais um dever – o trabalho. Para as famílias que possuem uma renda conjunta mais confortável é possível contar com a ajuda de familiares e terceiros (empregadas domésticas e babás). Outra razão parece bastante significativa para determinar a saída das mulheres do trabalho: o sentimento de culpa, determinado por sua ausência do lar, em não dar aos filhos os cuidados necessários para sua saúde e seu bem-estar.

Fica claro que nem sempre a redução do tempo de trabalho ou seu abandono é uma escolha, mas sim uma necessidade, seja ela de cunho prático ou emocional.

Não é à toa que, para muitas mulheres, o nascimento de um filho pode ser acompanhado de muita tensão, depressão e/ou sofrimento psíquico. A depressão pós-parto pode ser vista como um dos sinais dessa dificuldade (ROCHA-COUTINHO, 2009, p. 163).

Por outro lado, tornou-se bastante comum, nos últimos anos, o fenômeno de casais que optaram por não ter filhos. Segundo Scavone (2001b), a maternidade ainda é um dilema para as mulheres que querem seguir suas carreiras profissionais. Seria, então, esta uma razão para a escolha pela não maternidade?

2.4 Childfree: Livre de Filhos

Estudos nacionais e internacionais vêm mostrando que a cada dia cresce, no mundo, o número de casais sem filhos e de mulheres que se sentem desobrigadas

de cumprir esta tarefa (BADINTER, 2001; MANSUR, 2003; GILLESPIE, 2003; KOROPECKYJ-COX & PENDEL, 2007; RIO & GOMES, 2009a, 2009b). Este crescimento não está relacionado a problemas de infertilidade, isto é, a alterações no sistema reprodutor masculino ou feminino que diminuam a capacidade reprodutora em idade compatível com o pleno funcionamento deste sistema (no caso das mulheres), nem a casos de esterilidade natural. Segundo as pesquisas, o aumento tem sido gerado por duas razões:

(a) muitas mulheres protelam o momento de ter filhos, causando desse modo um declínio de sua fertilidade, visto que o aparelho reprodutor já não funciona com perfeição;

(b) crescem os casos de mulheres que optam por não ser mães.

No primeiro caso, as tecnologias reprodutivas conceptivas têm colaborado bastante para possibilitar que mulheres com idade avançada tenham filhos, embora frequentemente, mesmo com essas tecnologias, somente algumas consigam engravidar ou manter a gestação. No segundo caso, também fazendo uso de tecnologias reprodutivas, mas contraceptivas, como a pílula anticoncepcional e a esterilização voluntária, as mulheres percebem que não ter filhos pode ser uma escolha saudável em suas vidas.

A literatura tem usado duas expressões para designar as mulheres que não têm filhos: *childless* e *childfree*. De acordo com Badinter (2011), enquanto a primeira se refere à ausência de filhos, sem explicitar se essa foi uma escolha deliberada ou não por parte da mulher (*childless* = sem filhos), a segunda expressão indica o desejo de não ter filhos (*childfree* = livre de filhos). Em estudos de Mansur (2003), e Gillespie (2003) o termo *childless* determina a ausência involuntária de filhos.

O termo *childfree* vem sendo empregado atualmente com a intenção de desestigmatizar a opção por uma vida sem filhos, uma vez que o termo *childless*, tradicionalmente utilizado, carrega em si a conotação de ausência ou falta involuntária, muito diferente da possibilidade de escolher um modo ou estilo de vida (MANSUR, 2003, p. 65).

No entanto, ainda hoje o discurso social tende a valorizar a maternidade e associá-la à feminilidade. De acordo com Souza e Ferreira (2005) “as concepções da maternidade como algo inerente à natureza feminina ainda se fazem presentes

nas representações de grande parte das mulheres, sejam elas mães ou não mães” (p. 20). Desse modo, o fato de uma mulher não ter filhos (*childless*) pode ser encarado como uma tragédia que promove grande sofrimento e desespero. Em contrapartida, graças ao padrão idealizado da maternidade, as livres de filhos (*childfree*) são vistas como desviantes e egoístas (GILLESPIE, 2003; RIOS & GOMES, 2009). Dessa forma,

A escolha por não procriar pode ser entendida como uma característica desviante do que é socialmente esperado, sendo interpretada muitas vezes como anormalidade, patologia, falta de saúde, egoísmo, falta de dever cívico – no que diz respeito à necessidade de reposição da população, entre outros conceitos (RIOS & GOMES, 2009a, p. 314).

Discorrendo sobre autoestima pessoal e coletiva de mães e não mães, Souza e Ferreira (2005), acrescentam que para algumas mulheres o fato de não ter filhos é uma escolha, fazendo com que não sejam afetadas pelo peso dos estereótipos e do preconceito. Geralmente estas mulheres trabalham, possuem um nível de escolaridade maior e vivem em centros urbanos. Para as “*childless*” isso pode representar uma fonte de forte insatisfação e desvalorização, por não conseguirem atender a pressões sociais. Neste caso, a autoestima pessoal³ pode ser baixa. Pesquisa realizada por Koropeckyj-Cox e Pendel (2007) nos EUA mostra o mesmo fenômeno. Segundo as pesquisadoras, “negative attitudes about childlessness on the other hand may translate into normative pressures to bear children or negative biases against those who are childless, especially those who are childless by choice⁴” (p. 1057).

Pode-se observar que é em função das representações da maternidade que o processo de estigmatização se instaura. Vieira (2010) expõe que as pressões sociais a respeito de como deve ser uma boa mãe acabam estimulando a opção pela maternidade. Segundo uma entrevistada de sua pesquisa:

“Mãe tem que ser muito presente. Pela profissão que escolhi, sabia que não seria assim. Maternidade implica dedicação, participação, e eu não conseguiria cumprir isso.”

³ Avaliação positiva ou negativa que o indivíduo faz de si mesmo.

⁴ Atitudes negativas em relação a não ter filhos, por outro lado, podem se traduzir por pressões normativas para ter filhos ou preconceito contra aquelas que não têm filhos, especialmente as que não têm filhos por escolha própria (tradução nossa).

Escravizadas pela ideia de que feminilidade é sinônimo de maternidade e pelo tabu do amor materno –, isto é, como deve ser uma “boa mãe”, muitas mulheres que ainda geram filhos para cumprir o papel imposto pela sociedade podem atravessar sérios conflitos em relação à ambivalência materna. As representações da maternidade, que ainda se apoiam em um padrão construído ao longo dos séculos, definem a “boa mãe” com base em critérios como “ser capaz de enormes sacrifícios, entre eles ser amável, tranquila, compreensiva, terna, equilibrada, acolhedora, feminina em tempo integral (AZEVEDO & ARRAIS, 2006, p. 269). Todavia, estudos apontam que toda mãe apresenta sentimentos antagônicos com relação ao filho (PARKER, 1997; MAUSHART, 2006; AZEVEDO & ARRAIS, 2006), como, por exemplo, a dicotomia amor e ódio.

O amor é, naturalmente, uma emoção mais fácil de admitir do que o ódio; ele é aceito como parte integrante das mães. A ausência de amor é reputada como catastrófica. O ódio, porém, é frequentemente negado. [...] Quando excede o amor, mesmo momentaneamente, o ódio pode tornar-se uma emoção facilmente identificada. Mas para maioria das mães, na maior parte do tempo, o ódio fica extremamente invisível – escondido, mascarado, contido –, mas nunca obliterado pelo amor à criança (PARKER, 1997, p. 22).

A autora continua: “o sentimento de culpa provocado pelo reconhecimento da ambivalência materna pode se tornar avassalador, imobilizando as paixões maternas, em vez de provocar a circulação destas” (PARKER, 1997, p. 41).

Como já foi mencionado, aumenta o número de mulheres que escolhem não ter filhos. O questionamento que se segue é: estariam estas mulheres indisponíveis para cumprir os pré-requisitos da instituição maternidade? Seria plausível considerar que algumas mulheres desistam de ser mãe por acharem que não desempenharão um bom papel?

Em nossa era pós-moderna ainda existem mulheres com uma mentalidade moldada pelas ideias da família tradicional. Pesquisa realizada por Mansur (2003) apresenta uma entrevistada que manifestava grande insatisfação e frustração por não ter tido filhos. Segundo a autora, ela se sentia marcada pela falta, abalando o sentido de sua existência. Para a entrevistada, ela não tinha sido capaz de provar sua feminilidade.

Embora a mulher seja um ser histórico, dotado da capacidade de desejar e simbolizar, muitos aspectos da ideologia do instinto e do sacrifício maternos perduram e ainda pode-se ouvir que uma mulher que não teve filhos “é como uma árvore seca que não deu frutos” (MANSUR, 2003, p. 64).

De acordo com Badinter (2011), para algumas mulheres “não se pode desejar ser uma boa mãe e, ao mesmo tempo, manter os compromissos pessoais” (p. 174). Porém, grande parte das mulheres não vê nos filhos a única forma de completude e de realização dos seus desejos. Querem reconhecimento pelo seu trabalho e por suas qualidades, além de oportunidades para satisfazer suas vontades – mesmo sabendo que tendo filhos deverão abrir mão de algumas coisas.

Nem todas as mulheres desejam abdicar de suas vontades e planos e se sentem muito realizadas em seus casamentos sem filhos. Para estas mulheres, ser mãe não se encaixa em sua autoimagem, nem mesmo em sua programação (MOHLER, 2005). A não maternidade é uma opção e um estilo de vida. Estas mulheres querem ser livres para determinar seus caminhos, voluntariamente.

Em alguns casos, entretanto, deve-se considerar outro tipo de ambivalência – a questão de ter ou não filhos –, que pode, em dado momento, se presentificar justamente entre aquelas que optaram pela não maternidade. Como aponta Shreffler (2011), algumas mulheres são ambivalentes no que tange à gravidez. A dúvida quanto à escolha pode estar associada à preferência por um estilo de vida sem as responsabilidades da criação de filhos (*childfree*), ou, como foi proposto anteriormente, ao medo de não se conseguir ser a mãe perfeita.

No extremo oposto daquelas que defendem a família tradicional, encontram-se mulheres que rejeitam a ideia de ter filhos. Segundo Albert Mohler (2005), organizações estão sendo formadas para que estas pessoas possam se unir. De fato, fazendo uma busca no Google é possível encontrar algumas dessas organizações no Brasil, entre elas a “semfilhos.org” e a “casalsemfilhos.com”.

Em verdade, algumas dessas organizações funcionam como um meio de desabafo social. Contudo, para certos casais, ter filhos é uma *intrusão*⁵ no seu estilo de vida.

Essas mulheres calam os prazeres e benefícios da maternidade. Elas veem apenas os aspectos sombrios, constrangedores e sacrificiais. Umam falam da repulsa aos aspectos físicos da maternidade, da gravidez e do parto, e também dos cuidados com a criança. Outras confessam que a ideia de cuidar de um bebê em tempo integral as deprime [...]. Algumas temem a monotonia das tarefas, sujas, repetitivas e pouco gratificantes. Elas falam de alienação e perda de identidade (BADINTER, 2011, p. 176).

⁵ Grifo nosso.

Na página inicial do site “semfilhos.org”, por exemplo, encontra-se o seguinte discurso:

“Você gostaria de ter filhos, mas não pode ter? Seja bem-vindo! Nós o invejamos pela dádiva da infertilidade. Junte-se a nós e poderá transformar sua visão sobre o que é uma vida com filhos”

Albert Mohler ressalta que:

Without doubt, children do impose themselves upon our creature comforts, waking us up in the middle of the night with demanding needs and inconvenient interruptions. Parents learn all too quickly that children are not only the smiling cherub sleeping in the crib, but also the dirty-faced preschooler, the headstrong teenager, and the boisterous grade-schooler (MOHLER, 2005)⁶.

Entre essas expressões, vale citar o livro da francesa Corinne Maier (2008), “*Sem filhos: 40 razões para você não ter*”. A autora é mãe de dois adolescentes e declara que se arrepende de sua escolha. Para ela, sem a presença dos filhos, estaria curtindo a vida. “Meus filhos me enchem a paciência”, diz Corinne. Ainda que a declaração seja impactante, não se pode ignorar que muitas mães, em algum momento, pensam que ter filhos foi um erro, mesmo que desconstruam (ou não) esse pensamento em seguida. No livro, o que de fato mostra um profundo sentimento de rejeição é a forma hostil como a autora se dirige à maternidade, ainda que aborde com muita pertinência alguns assuntos.

E vocês vão pastar vinte anos para criá-los? A educação dos filhos se tornou um sacerdócio, já que a sociedade exige dos pais modernos performances dignas do Super-Homem ou da Mulher Maravilha. Estar sempre disponível, sorridente, atento, pedagógico e responsável – o que não se faz para garantir a “felicidade” e “plenitude” dos seus pirralhos? Tornar-se-pai-mãe significa estar pronto para o sacrifício de todo o restante. Vida de casal, lazer, vida sexual, amigos e sucesso social, no caso das mulheres. E tudo isso para isso; francamente, acha que vale a pena? Tomem suas precauções. Nada de filhos, por favor. É tão fácil acontecer. Uma única solução: a contracepção (MAIER, 2008, p. 8).

Embora a autora declare sua frustração à maternidade, este sentimento não está presente em todas as mulheres, nem mesmo pode representar uma expectativa generalizada para todas as mulheres que optem por não ter filhos.

⁶ Sem dúvida, filhos se impõem sobre nosso conforto material, acordando-nos no meio da noite com necessidades inadiáveis e interrupções inconvenientes. Os pais logo aprendem que filhos não são somente querubins sorridentes dormindo no berço, mas também criancinha de cara suja, adolescentes teimosos e jovens conturbados (tradução nossa).

No próximo capítulo discorreremos sobre o resultado de nossa pesquisa, apresentando os sentimentos e algumas razões que fizeram com que as entrevistadas fizessem a escolha pela não maternidade.